

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

31 de dezembro de 2020 e 2019
com Relatório do Auditor Independente

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	1
Demonstrações financeiras consolidadas	
Balancos patrimoniais consolidados	7
Demonstrações consolidadas do resultado.....	8
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente.....	9
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas.....	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Cooperativo Sicredi S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo Sicredi S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Provisão para perdas de créditos esperadas sobre a carteira de créditos (*impairment*)

Conforme apresentado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a provisão para perdas de créditos esperadas sobre a carteira de créditos totaliza R\$ 22.518 mil, em 31 de dezembro de 2020, constituída sobre diversos portfólios de crédito os quais são revisados pela administração, periodicamente, no que tange a estimativa de perdas esperadas dessas operações (*impairment*), em conformidade com o pronunciamento “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”. A estimativa envolve julgamento da administração na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia que identifique as perdas esperadas nas operações em curso, categorizadas em diferentes estágios, utilizando-se de premissas e julgamentos os quais incluem, entre outros, as análises sobre o ambiente econômico dos mercados onde os tomadores de crédito estejam inseridos, o histórico de pagamentos dos tomadores de crédito em operações similares contratadas, incluindo renegociações e avaliações de garantias aceitas nas operações.

Dada a relevância dos saldos de operações sujeitas ao risco de crédito, assim como grau de subjetividade e julgamento empregados pela administração para a determinação da perda esperada nessas operações, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito, em consonância com as políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos pelo Banco. Adicionalmente realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito e repasses interfinanceiros, testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “*ratings*” atribuídos e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo as análises preparadas pela administração do Banco sobre os eventuais impactos gerados pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão do Covid-19.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco, em razão de volume e complexidade, são altamente dependentes do funcionamento adequado da estrutura de tecnologia da informação de seus sistemas. Desta forma, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas nos testes de controle gerais de tecnologia para os processos de gestão de mudança e gestão de acessos referente aos sistemas considerados relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Transações com parte relacionadas

O Banco é parte integrante da estrutura organizacional do Sistema Cooperativo Sicredi e realiza, dentro do âmbito de suas operações, transações com essas partes relacionadas. Devido ao grande número de partes relacionadas, ao volume transacionado e ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das políticas e procedimentos que o Banco possui para identificar e mapear as transações com partes relacionadas, além da obtenção de representação formal, por parte da administração, a respeito da identificação de todas as partes relacionadas do Banco. Testamos, de forma amostral, as transações com partes relacionadas, para validar a existência, valorização e competência dos saldos registrados, bem como as eliminações de seus efeitos, quando aplicáveis, nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Com base nos exames efetuados, confirmamos que as transações com partes relacionadas seguem condições de mercado. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa 28, às demonstrações financeiras consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração, na identificação e reconhecimento das

transações com partes relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, datado de 18 de fevereiro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 14 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Balancos patrimoniais consolidados
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.791.038	6.221.008
Ativos financeiros ao custo amortizado		56.333.522	36.607.791
Valores a receber de instituições financeiras	8	4.947.069	4.484.661
Empréstimos e recebíveis de clientes	10	44.131.852	32.123.130
Demais ativos financeiros ao custo amortizado	9.a	7.254.601	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		254.508	11.886.512
Demais ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	9.a	208.312	11.886.512
Derivativos	9.b	46.196	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.a	7.836.414	1.488.544
Ativos intangíveis	11	589	1.053
Imobilizado	12	59.441	58.546
Propriedade de investimento	13	3.304	3.389
Crédito tributário diferido	17	39.745	28.702
Outros ativos	14	341.391	205.085
Total de ativos		67.659.952	56.500.630
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	15	60.815.407	51.197.497
Depósitos de instituições financeiras	15	20.765.169	17.577.829
Depósitos de clientes	15	22.420.233	15.516.356
Obrigações por títulos e valores mobiliários	15	17.630.005	18.103.312
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	9.b	48.267	61
Derivativos		48.267	61
Provisões	16	28.129	24.045
Passivo tributário - corrente		29.702	10.209
Dívida subordinada		100.825	103.497
Outros passivos	18	4.898.421	3.634.563
Total de passivos		65.920.751	54.969.872
Patrimônio Líquido			
Capital social	19	1.458.974	1.253.974
Instrumento híbrido de capital e dívida		224.469	224.780
Reservas		56.728	51.948
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.740.171	1.530.702
Ajuste de valor patrimonial		(1.066)	(38)
Participação de acionistas não controladores		96	94
Total do patrimônio líquido		1.739.201	1.530.758
Total de passivos e patrimônio líquido		67.659.952	56.500.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2020	2019
Receita de juros	20	3.278.839	3.162.633
Despesa de juros	20	(2.085.192)	(2.267.728)
Receita líquida com juros		1.193.647	894.905
Receita de tarifas, taxas e comissões	21	845.962	768.457
Despesa de tarifas, taxas e comissões	21	(191.942)	(362.622)
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		654.020	405.835
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	22	(148.916)	(48.661)
Outras receitas operacionais	23	526.558	413.375
Despesas de pessoal	24	(111.418)	(107.895)
Outras despesas administrativas	25	(1.622.244)	(1.216.609)
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	(4.672)	(4.144)
Outras despesas operacionais	26	(329.811)	(187.554)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10a	(14.457)	(4.942)
Lucro operacional antes da tributação		142.707	144.310
Tributos sobre o lucro	27	(59.610)	(52.324)
Lucro líquido do exercício		83.097	91.986
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		83.095	91.981
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		2	5
Lucro básico/diluído por ação (em Reais - R\$)			
Ações preferenciais classe A		0,22	0,24
Ações preferenciais classe B		0,12	0,13
Ações ordinárias		0,03	0,03
Quantidade			
Ações preferenciais classe A		249.548.540	249.548.540
Ações preferenciais classe B		32.782.343	32.782.343
Ações ordinárias		1.000.995.233	829.972.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	83.097	91.986
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes		
Movimento líquido no valor justo	(1.870)	231
Efeito de imposto de renda	842	(104)
Total do resultado abrangente	<u>82.069</u>	<u>92.113</u>
Resultado abrangente atribuível a participação dos acionistas não controladores	2	5
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador	<u>82.067</u>	<u>92.108</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital Social		Instrumento Híbrido de Capital e Dívida/Dívida Subordinada	Lucros acumulados	Reservas de Lucros	Ajuste Marcação a Mercado TVM	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar							
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.168.974	-	225.009	-	49.049	(165)	1.442.867	89	1.442.956
Lucro líquido do exercício	-	-	-	91.981	-	-	91.981	5	91.986
Outros resultados abrangentes									
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes	-	-	-	-	-	127	127	-	127
Reserva Legal	-	-	-	(4.687)	4.687	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	-	1.788	(1.788)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(79.082)	-	-	(79.082)	-	(79.082)
Juros ao capital próprio	-	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida/dívida subordinada	-	-	(229)	-	-	-	(229)	-	(229)
Aumento de capital	170.000	(85.000)	-	-	-	-	85.000	-	85.000
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.338.974	(85.000)	224.780	-	51.948	(38)	1.530.664	94	1.530.758
Lucro líquido do exercício	-	-	-	83.095	-	-	83.095	2	83.097
Outros resultados abrangentes									
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(1.028)	(1.028)	-	(1.028)
Reserva Legal	-	-	-	(4.218)	4.218	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	-	1.263	562	-	1.825	-	1.825
Dividendos	-	-	-	(70.140)	-	-	(70.140)	-	(70.140)
Juros ao capital próprio	-	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida/dívida subordinada	-	-	(311)	-	-	-	(311)	-	(311)
Aumento de capital	120.000	85.000	-	-	-	-	205.000	-	205.000
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.458.974	-	224.469	-	56.728	(1.066)	1.739.105	96	1.739.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido consolidado antes da tributação e participação dos acionistas não controladores	142.707	144.310
Ajustes ao lucro:		
<i>Itens não monetários incluídos no lucro líquido consolidado</i>		
Depreciação e amortização	4.672	4.144
Provisões para perdas de crédito	14.457	4.942
(Redução)/Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	(311)	(229)
Provisão para passivos em litígios	4.102	(1.162)
Custo da alienação de imobilizado	1.133	193
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	3.188	5.888
	27.241	13.776
(Aumento) redução líquido nos ativos operacionais		
Ativos financeiros ao custo amortizado	(12.488.259)	(5.104.584)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	10.061.517	(8.286.964)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(6.174.426)	(530.171)
Outros ativos	(136.306)	(104.151)
	(8.737.474)	(14.025.870)
Aumento (redução) líquido nos passivos operacionais		
Passivos financeiros ao custo amortizado	9.617.910	8.371.617
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	48.206	(159)
Outros passivos	1.285.377	1.044.322
Impostos sobre lucros pagos	(6.1931)	(47.666)
	10.889.562	9.368.114
Total de fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	2.322.036	(4.499.670)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.392.827	(310.697)
Ativos financeiros ao custo amortizado	(7.247.590)	9.946
Aquisição de imobilizado	(6.151)	(5.155)
Aquisição de intangível	-	(14)
Total de fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de investimento	(5.860.914)	(305.920)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dívida subordinada	(7.011)	(9.946)
Aumento Capital	205.000	85.000
Juros ao capital	(10.000)	(10.000)
Pagamento de dividendos	(79.081)	(75.047)
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de investimento	108.908	(9.993)
Movimento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(3.429.970)	(4.815.583)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.221.008	11.036.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.791.038	6.221.008
Transações não monetárias	78.678	87.626
Dividendos	78.678	87.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco” ou “Instituição”), instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo (“Sicredi” ou “Sistema”), atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de dezembro de 2020, o Sistema está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.990 pontos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais (“Centrais”) – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (“Confederação Sicredi”), a Fundação Sicredi e o Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Sicredi Cartões Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

Em 12 de novembro de 2020 foi homologado pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul a extinção da Sicredi Cartões Ltda, por definição estratégica da Diretoria Executiva do Banco Cooperativo Sicredi S.A., controlador da empresa, os saldos ativos e passivos remanescentes ficaram à cargo do controlador.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

O Banco e o Rabo Partnerships B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de junho de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Em outubro de 2012, o Banco e a International Finance Corporation (“IFC”), membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, firmaram acordo de investimento. A parceria visa contribuir para a manutenção da capacidade de alavancagem do Banco em níveis que permitam atender às demandas das Cooperativas filiadas, além de garantir o alinhamento estratégico do Sistema e IFC. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013.

Em 31 de dezembro de 2020, o Rabo Partnerships B.V. e a IFC detêm, respectivamente, participação de 19,45% e 2,55% (Em dezembro de 2019 - 22,44% e 2,95%) das ações do Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco em IFRS foram aprovadas pela diretoria em 14 de maio de 2021.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Este conjunto de Demonstrações Financeiras Consolidadas foi preparado de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor até 31 de dezembro de 2020. As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2019, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.2 Base da Consolidação das demonstrações financeiras

2.2.1 Controladas

As controladas e outras entidades sobre as quais o Banco exerce controle, direta ou indiretamente, são consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o Banco obtém o controle, e deixam de ser consolidadas na data na qual esse controle acaba. Todas as transações, saldos, e ganhos e perdas não realizados entre as unidades de negócios do Banco são eliminados como parte da consolidação. As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora.

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Participações diretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Sicredi Cartões Ltda.	Sicredi Cartões	-	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	99,75	99,75

Em 12 de novembro de 2020 foi realizada a extinção da Sicredi Cartões Ltda, por definição estratégica da Diretoria Executiva do Banco Cooperativo Sicredi S.A., controlador da empresa. As operações antes realizadas por essa empresa passaram a ser conduzidas internamente pelas Cooperativas do Sistema e pela Confederação Sicredi.

3. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas são explicadas abaixo.

3.1 Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, os ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores reportados de receitas e despesas durante o período de apresentação dos relatórios. As situações avaliadas com base nos dados e informações financeiras disponíveis abrangem principalmente a determinação da provisão para devedores duvidosos, valor justo de ativos e passivos e reduções ao valor recuperável (*impairments*). Embora a administração tenha baseado suas estimativas na avaliação mais cuidadosa possível das circunstâncias e atividades atuais, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

3.2 Instrumentos financeiros

Todos os ativos e passivos do Banco estão registrados conforme as respectivas práticas, incluindo as decorrentes da adoção do IFRS 9.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos geralmente significam contratos cambiais, futuros de moeda e taxa de juros, contratos a termo, *swaps* monetários e de taxa de juros, e opções de moedas e juros (subscritos e adquiridos). Os instrumentos financeiros derivativos podem ser negociados em uma bolsa ou como instrumentos de balcão entre o Banco e um cliente.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo. O valor justo é determinado utilizando-se preços cotados de mercado, preços oferecidos por *traders*, modelos de desconto de fluxos de caixa, e modelos de avaliação de opções com base nos preços de mercado atuais e preços contratados para os instrumentos subjacentes, bem como a mudança no valor do dinheiro no decorrer do tempo, curvas de rendimento e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes. Todos os instrumentos financeiros derivativos são incluídos no ativo caso seu valor justo for positivo e no passivo caso seu valor justo for negativo.

Instrumentos financeiros derivativos incorporados em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente caso seus riscos e características não estiverem fortemente relacionados àqueles do contrato de derivativos subjacente e esse contrato não for classificado pelo valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos não utilizados para operações de hedge, os ganhos e perdas realizados e não realizados com instrumentos financeiros derivativos são classificados pelo Banco como mantidos para negociação e reconhecidos em “Receita de juros”.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

(iv) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

O Banco designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

(v) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações e instrumentos de dívida.

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

(vi) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que o Banco não planeje vender ativos classificados nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esses ativos até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, o Banco não é obrigado a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

(vii) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

a) Baixa de ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido ou houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se: (i) houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou (ii) não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

Quando o Banco e suas subsidiárias transferem o direito de receber o fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, é reconhecido na medida do envolvimento contínuo do Banco e suas subsidiárias no ativo. Nesse caso, o Banco também reconhece um passivo relacionado.

O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pelo Banco e suas subsidiárias.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença para o valor contábil é reconhecida no resultado do exercício.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, o Banco deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num período de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão.

A norma introduziu o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo sofre alteração de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriora. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios, conforme abaixo:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

- Estágio 1 - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito na originação;
- Estágio 2 - Perdas permanentes de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com um aumento significativo no risco de crédito, mas que não foram originados com problemas de recuperação.
- Estágio 3 - Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que tenham um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para ativos financeiros que não são originados com problemas de recuperação, mas que posteriormente se tornaram com problemas de recuperação, difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) em vez do valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

c) Mensuração

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado.

Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Instituição para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como “*day-one profit/loss*”) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Instituição possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Instituição utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Instituição se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. A administração determina a classificação apropriada dos seus investimentos nas suas datas de aquisição.

3.2.1 Operações compromissadas

Os ativos financeiros que são vendidos e estão sujeitos a acordos de venda e recompra estão incluídos nas demonstrações financeiras em “ativos financeiros disponíveis para venda”. O passivo para a contraparte é incluído em “depósitos de instituições financeiras” e “depósitos de clientes”, dependendo da aplicadora.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros adquiridos sob acordos de revenda e recompra são reconhecidos dependendo do prazo e da aplicadora como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Valores a receber de instituições financeiras, ou;
- Obrigações por títulos e valores mobiliários.

A diferença entre o preço de venda e preço de recompra é reconhecida como receita de juros ou despesa de juros no decorrer do prazo do acordo, com base no método de juros efetivos.

3.2.2 Empréstimos e recebíveis de clientes e valores a receber de instituições financeiras

Empréstimos a clientes e valores a receber de instituições financeiras são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos, não cotados em um mercado ativo. Esses empréstimos e valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, incluindo custos da transação. Os empréstimos estão sujeitos a análises de redução ao valor recuperável individuais ou coletivas. Um ajuste de valor, uma provisão para perdas em empréstimos, é reconhecida se houver evidência objetiva de que o Banco não é capaz de receber os valores devidos com base nos termos originais do contrato. O tamanho da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, que é o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo valores recuperáveis com base em avais, fianças e outras garantias, descontados pela taxa de juros efetiva original dos empréstimos.

A provisão para empréstimos inclui prejuízos se houver evidência objetiva de que as perdas são atribuíveis a algumas parcelas da carteira de empréstimos na data do balanço. Exemplos de evidência objetiva para ajustes de valor são:

- Problemas financeiros significativos por parte do tomador;
- Atraso no pagamento de juros e/ou do principal por parte do tomador;
- Renegociações de empréstimos;
- Possibilidade de falência ou reorganização financeira do tomador;
- Mudanças na situação de pagamento do tomador;
- Mudanças nas circunstâncias econômicas que poderão levar o tomador a não honrar seus compromissos financeiros.

O valor contábil dos empréstimos é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o prejuízo é lançado na conta de resultado. Caso o empréstimo não for passível de recebimento, ele é baixado da provisão relacionada de perdas em empréstimos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Quaisquer valores recebidos subsequentemente são incluídos sob o item “provisão para créditos de liquidação duvidosa” na conta de resultado.

3.2.3 Depósitos de instituições financeiras, depósitos de clientes e obrigações por títulos e valores mobiliários

Essas obrigações por empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo custo, ou seja, os valores recebidos menos os custos de transação diretamente atribuíveis e não recorrentes. Os empréstimos são incluídos subsequentemente ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos e o valor de resgate é reconhecida no decorrer do prazo do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4 Moedas estrangeiras

3.4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pelo Banco.

3.4.2 Transações em moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Diferenças de conversão surgidas na liquidação de tais transações ou na conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado.

Diferenças de conversão em títulos de dívida e outros ativos financeiros monetários registrados pelo valor justo são incluídas em ganhos e perdas cambiais.

Diferenças na conversão de itens não monetários tais como instrumentos acionários para negociação são reconhecidas como parte dos ganhos e perdas ao valor justo.

3.5 Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos remunerados são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, com a aplicação do método dos juros efetivos. A receita de juros inclui cupons relacionados a ativos financeiros com juros fixos e ativos financeiros para negociação, bem como prêmios e descontos acumulados nos títulos do tesouro e outros instrumentos altamente líquidos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Se quaisquer empréstimos sofrerem perdas por redução ao valor recuperável, eles são baixados para os seus valores recuperáveis e a receita de juros reconhecida a partir de então é baseada na taxa de desconto para se calcular o valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizados para determinar os valores recuperáveis.

3.6 Tarifas, taxas e comissões

A receita das atividades de administração de ativos consiste principalmente de taxa de administração de fundos e clubes de investimentos.

A receita de administração de ativos e corretagem de seguros é reconhecida conforme auferida uma vez que os serviços tenham sido prestados. Taxas, comissões e receita de outros serviços prestados são geralmente reconhecidas pelo regime da competência.

3.7 Ativo intangível

3.7.1 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis incluem o valor de software de computadores.

Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuro esperados que seja a eles atribuído serão transferidos para o Banco.

Os gastos que melhoram o desempenho do software em relação às suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Depois do reconhecimento inicial, ativos intangíveis são contabilizados ao custo menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda com redução ao valor recuperável.

3.8 Imobilizado

Os equipamentos para uso próprio são reconhecidos pelo custo histórico, líquido da depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para uso próprio representam principalmente escritórios e também são reconhecidas ao custo menos a depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

A depreciação pelo método linear é aplicada a esses ativos de acordo com o esquema abaixo. Cada ativo é depreciado até o seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada:

- Terrenos: não são depreciados
- Edifícios: 55 anos
- Equipamentos de computação e veículos: 5 anos
- Outros equipamentos: 10 anos

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Anualmente, o Banco avalia se há indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado.

Se o valor contábil de um ativo supera o seu valor recuperável estimado, o valor contábil é reduzido imediatamente para o valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação dos itens do imobilizado são determinados na razão direta dos seus valores contábeis e levados em conta na determinação do resultado operacional. Os reparos e trabalho de manutenção são debitados do resultado no momento que os custos relevantes são incorridos. Os gastos para estender ou aumentar os benefícios de terrenos e edificações em comparação com seus benefícios originais são capitalizados e depreciados subsequentemente.

3.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento, principalmente edifícios comerciais, são mantidas para receita de locação de longo prazo e não são utilizadas pelo Banco ou suas controladas. As propriedades para investimento são reconhecidas como investimentos de longo prazo e incluídas no balanço pelo custo, líquido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para investimento são depreciadas de acordo com os termos dos contratos de arrendamento subjacentes.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas se o Banco ou as empresas Controladas, possuírem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, se for provável que um desembolso de recursos que possui benefícios econômicos será necessário para liquidar a obrigação, e se uma estimativa confiável puder ser feita do valor da obrigação.

Se o Banco espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, sob um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente se for praticamente certo. As provisões são lançadas pelo custo descontado dos fluxos de caixa futuros esperados.

3.11 Benefícios a pessoal

Um plano de contribuição definida é aquele no qual o Banco paga contribuições fixas para uma entidade separada (um fundo de pensão) e não adquire nenhuma obrigação legal ou implícita.

Com base nos planos de contribuição definida, o Banco paga contribuições para planos de pensão segurados gerenciados por entidades públicas ou privadas em uma base compulsória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições tenham sido feitas, o Banco não tem obrigações posteriores de pagamento. As contribuições regulares são o total do custo para o exercício no qual elas são devidas e estão incluídas nessa base no item “despesas de pessoal”.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3.12 Impostos

Os impostos a receber e a pagar e os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso estejam relacionados ao mesmo grupo tributário e à mesma autoridade tributária. Eles também são compensados se houver um direito garantido por lei para a compensação dos itens fiscais e o tratamento simultâneo, ou a liquidação for esperado.

Provisões são integralmente constituídas para passivos fiscais diferidos, utilizando o método do passivo, decorrentes de diferenças temporárias no balanço entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatórios financeiros.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação a quais diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Os impostos sobre o lucro são calculados de acordo com a legislação tributária no Brasil e reconhecidos no período no qual o lucro é realizado.

Os efeitos fiscais da compensação de perdas tributárias não utilizadas são reconhecidos como um ativo se for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação a quais perdas podem ser utilizadas.

Ativos ou passivos fiscais diferidos são incluídos para a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda que são debitados ou transferidos para o patrimônio e reconhecidos na realização, juntamente com o respectivo ganho ou perda.

3.13 Garantias financeiras

As garantias financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo maior valor entre:

- O valor que o Banco teria de pagar razoavelmente na data do balanço para liquidar a obrigação ou transferi-la para um terceiro; ou
- O valor contábil inicial menos a amortização.

3.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As disponibilidades abrangem recursos em caixa, depósitos no mercado financeiro e depósitos em bancos centrais. A demonstração de fluxo de caixa é preparada de acordo com o método de cálculo indireto e fornece detalhes da origem das disponibilidades que se tornaram acessíveis durante o exercício e sua aplicação durante o ano.

O lucro operacional antes de impostos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é ajustado para os itens no resultado e movimentações nos itens do balanço que efetivamente não geram fluxos de caixa durante o ano.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Os fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e financiamento são apresentados separadamente. Movimentos nos empréstimos e recebíveis e depósitos interfinanceiros são contabilizados nos fluxos de caixa de atividades operacionais. As atividades de investimento referem-se a aquisições e alienações e repagamentos de investimentos financeiros, bem como a aquisição e alienação de controladas e imobilizado.

Os valores da emissão e pagamentos de empréstimos subordinados se qualificam como atividades de financiamentos.

3.15 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo Banco. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais classe A terem direito sobre o recebimento de dividendos com base no lucro do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito), conforme previsto no acordo de acionistas do Banco. Estes dividendos são calculados com base em um coeficiente (QPL) aplicado sobre o resultado do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito) gerando, desta forma, uma desproporcionalidade na distribuição dos dividendos em relação à participação percentual sobre o capital do Banco.

3.16 Adoção de novas normas e interpretações

- **Alteração da Estrutura Conceitual** - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Não houve impacto decorrente da adoção dos novos termos da Estrutura Conceitual a partir de 1º de janeiro de 2020 no Banco Sicredi.

3.17 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB e que ainda não estão em vigor.

- **IFRS 17** – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo e apresenta três abordagens para avaliação:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

- Modelo padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
- *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;
- *Variable Fee Approach*: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de caixa futuros esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. Os possíveis impactos, estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Conciliação entre IFRS e BRGAAP

4.1 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Os principais ajustes que impactaram o resultado e o patrimônio líquido do Banco são:

4.1.1 Conversão de moeda estrangeira

Para BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade por meio da utilização da cotação "PTAX800" (média praticada no dia), conforme determinam as regras do BACEN. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra para ativos e venda para passivos.

A diferença na taxa de conversão de operações em moeda estrangeira gerou ajuste de critérios contábeis.

4.1.2 Provisão para devedores duvidosos/Ajuste ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis

A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A provisão para ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros, segundo as normas internacionais é apurada tomando por base análise individual e coletiva das operações que compõem o portfólio de ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito e contemplam análise do histórico de perdas e informações conhecidas por ocasião das análises.

4.1.3 Ativos permanentes

A depreciação pelas práticas contábeis em BRGAAP foi influenciada por exigências fiscais, porém, de acordo com o IFRS elas devem refletir a vida útil dos ativos. O Banco e suas controladas utilizam para determinação da vida útil de seus prédios 25 anos, mas o laudo solicitado pelo Banco apurou a nova vida útil dos prédios de sua propriedade passando para 55 anos o que ocasionou uma reversão de depreciação.

4.1.4 Propriedade para investimento

A Administradora de Bens Sicredi, empresa controlada do Banco é destinada a administração de bens. A maior parte dos ativos imobilizados do Banco e suas controladas se encontra alocados nessa empresa, a qual faz a locação de instalações e edifícios para as empresas do consolidado, mas também loca para terceiros beneficiando-se do aluguel para geração de receitas. O Banco e controladas não dão tratamento específico de propriedade para investimento a nenhum dos ativos mantidos pelo grupo.

Os imóveis são reconhecidos ao custo e depreciados normalmente e as receitas de aluguel são reconhecidos de acordo com a regime de competência.

Segundo determina o IFRS - propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, diante disso o Banco efetuou a reclassificação das áreas locadas para terceiros passando assim a ser reconhecida como propriedade para investimento.

4.1.5 Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias ou dedutíveis. Sendo assim o Banco efetuou os cálculos dos impostos diferidos sobre os ajustes de adoção.

4.1.6 Taxa efetiva de juros captação de poupança

O IFRS exige que, para todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) que paguem juros que não são classificados como “valor justo contra resultado”, os juros sejam reconhecidos de acordo com a taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa esperados ao longo da vida esperada do instrumento ao valor contábil do instrumento no primeiro dia.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A vida esperada de um instrumento financeiro não é necessariamente igual à vida contratual - por exemplo, algumas operações têm um alto nível de pré-pagamento, renegociação ou resgate antes da data de vencimento. A vida esperada utilizada no cálculo da taxa efetiva de juros baseia-se nas provisões da entidade. A vida contratual deve ser utilizada apenas se a vida esperada não possa ser estimada de uma maneira confiável. Mudanças nas expectativas da entidade deveriam ser contabilizadas no resultado quando ocorrerem.

O Banco avaliou suas operações de captação de poupança e identificou um ajuste imaterial, que foi reconhecido no resultado conforme determina o IFRS.

4.1.7 Classificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida e dívida subordinada

Instrumentos financeiros emitidos são classificados com base em suas obrigações contratuais, e não em sua forma legal. Uma captação é classificada como patrimônio líquido se não possuir obrigação contratual de pagar juros, principal ou dividendo, por meio de entrega de caixa ou outros ativos financeiros ao detentor ou de troca de ativos e passivos financeiros com o detentor sob condições que são potencialmente desfavoráveis ao emissor.

As captações efetuadas pelo Banco através de Recibo de Depósito Bancário - RDB com a finalidade de "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", realizadas junto às Cooperativas Centrais de Crédito controladoras não possuem prazo de vencimento e podem ser usados para absorção de prejuízos. Diante deste fato o Banco efetuou a reclassificação deste instrumento para o Patrimônio Líquido em IFRS entendendo que o mesmo tem característica de capital.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

5. Capital Regulatório

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2020	2019
Patrimônio de Referência (PR)	1.737.088	1.361.461
Nível I (NI)	1.737.088	1.361.461
Capital Principal (CP)	1.512.619	1.218.967
Capital Social	1.458.976	1.168.976
Reservas de Capital	55.287	51.068
Lucros acumulados	(1.066)	-
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	(578)	(38)
Ajustes Prudenciais	-	(1.039)
Capital Complementar (CC)	224.469	142.494
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	224.469	224.780
Dedução de investimento em outras entidades	-	(82.286)
Nível II (NII)	-	-
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	-	20.699
Dedução de investimento em outras entidades	-	(20.699)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.487.241	9.268.021
Risco de Credito	10.469.187	7.529.846
Risco de Mercado	59.233	67.870
Risco de Operacional	1.958.821	1.670.305
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancaria	86.054	93.667
Margem de Capital¹	495.964	294.653
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,9%	14,7%
Capital Nível I (NI / RWA)	13,9%	14,7%
Capital Principal (CP / RWA)	12,1%	13,2%
Capital Complementar (CC / RWA)	1,8%	1,5%
Situação de Imobilização (Imob)	96.230	133.070
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,5%	9,8%

¹ Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos

6. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

6.2 Risco de mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação das carteiras de negociação, que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerado a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6.3 Risco de liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

6.4 Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

6.5 Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõe o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

6.6 Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.”

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós / Relatórios e Políticas / Gestão de Riscos”.

6.7 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

	Nota	2020	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		2.791.038	2.800.820
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Valores a receber de instituições financeiras	6.7.1	4.947.069	4.947.069
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.7.2	44.131.852	44.131.852
Demais ativos financeiros ao custo amortizado		7.254.601	7.208.851
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		254.508	254.508
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		7.836.414	7.836.414
Total do ativo		67.215.482	67.179.514
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos de instituições financeiras	6.7.4	20.765.169	20.765.169
Depósitos de clientes	6.7.4	22.420.233	22.420.233
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.7.3	17.630.005	17.667.963
Derivativos		48.267	48.267
Total do passivo (instrumentos financeiros)		60.863.674	60.901.632

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		6.221.008	6.406.739
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Valores a receber de instituições financeiras	6.7.1	4.484.661	4.484.661
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.7.2	32.123.130	32.123.130
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		11.886.512	11.892.480
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.488.544	1.488.544
Total do ativo		56.203.855	56.395.554
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos de instituições financeiras	6.7.4	17.577.829	17.577.829
Depósitos de clientes	6.7.4	15.516.356	15.516.356
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.7.3	18.103.312	18.280.192
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		61	61
Total do passivo (instrumentos financeiros)		51.197.558	51.374.438

O valor justo é o valor no qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado entre duas partes informadas e dispostas em uma transação isenta de interesses. Os valores que estão apresentado em Valor Justo são dos itens a seguir: *Caixa e equivalente de Caixa, demais ativos financeiros ao custo amortizado, Obrigações por títulos e valores mobiliários*. Os demais estão apresentados no Valor Contábil.

- 6.7.1 Valores a receber de instituições financeiras: O valor justo dos valores a receber de instituições financeiras é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado.
- 6.7.2 Demais Ativos financeiros: O valor justo de demais ativos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares ou, quando aplicáveis, modelos de precificação de opções.
- 6.7.3 Obrigações por títulos e valores mobiliários: O valor justo desses instrumentos é calculado utilizando-se um modelo de fluxo de caixa descontado, com base em uma curva de rendimento atual apropriada para o prazo de vencimento.
- 6.7.4 Demais instrumentos financeiros ativos e passivos: Assume-se que o valor justo dos demais instrumentos financeiros ativos e passivos é praticamente igual ao seu valor contábil.

O teste de sensibilidade tem como objetivo medir a volatilidade dos preços de um título em função de oscilações nas taxas de juros, complementando o gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela abaixo apresenta, para cada fator de risco com exposição relevante, a variação percentual da taxa de juros necessária para gerar uma redução do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência (PR).

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Fator de Risco	Exposição		5% PR		10% PR		20% PR	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pré	20.825.102	13.060.896	0,70%	1,37%	1,43%	2,84%	2,94%	6,15%
TR	13.922.530	6.071.696	-0,38%	-1,15%	-0,73%	-2,01%	-1,34%	-3,22%

A tabela a seguir resume os métodos de avaliação utilizados para determinar o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

O detalhamento é o seguinte:

- Nível 1: Preços de mercado cotados em um mercado ativo;
- Nível 2: Métodos de avaliação baseados em premissas totalmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo;
- Nível 3: Métodos de avaliação baseados em premissas não ou apenas parcialmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo. Não há itens avaliados através desta metodologia.

	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	2.791.038	-	2.791.038
Valores a receber de instituições financeiras	4.947.069	-	4.947.069
Ativos financeiros ao custo amortizado	7.254.601	-	7.254.601
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	14.598	239.910	254.508
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	44.131.852	44.131.852
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	174.472	7.661.942	7.836.414
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	43.185.402	17.630.005	60.815.407
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	48.267	48.267
Em 31 de dezembro de 2019			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	6.221.008	-	6.221.008
Valores a receber de instituições financeiras	4.484.661	-	4.484.661
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.456.138	430.374	11.886.512
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	32.123.130	32.123.130
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	1.488.544	1.488.544
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	33.094.185	18.103.312	51.197.497
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	61	61

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos prazos dos ativos e passivos financeiros mais relevantes do Consolidado:

	2020			Total
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	
Em 31 de dezembro de 2020				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.791.038	-	-	2.791.038
Ativos financeiros ao custo amortizado	7.695.920	21.492.216	27.145.386	56.333.522
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	193.713	9.565	51.230	254.508
resultados abrangentes	-	7.767.794	68.620	7.836.414
Passivos				
Passivos financeiros ao custo amortizado	36.130.920	9.046.441	15.638.046	60.815.407
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	13	3	48.251	48.267
2019				
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2019				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6.221.008	-	-	6.221.008
Ativos financeiros ao custo amortizado	7.088.959	16.213.380	13.305.452	36.607.791
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	178.326	8.026.395	3.681.791	11.886.512
resultados abrangentes	-	492.805	995.739	1.488.544
Passivos				
Passivos financeiros ao custo amortizado	31.452.435	7.342.635	12.402.427	51.197.497
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	16	45	-	61

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Disponibilidade	390.737	180.422
Operações compromissadas	2.400.112	6.040.400
Depósitos em banco central com exceção dos depósitos de reservas compulsórias	189	186
Total	2.791.038	6.221.008

8. Valores a receber de instituições financeiras

	2020	2019
Depósitos junto a instituições financeiras	3.080.921	3.062.575
Operações compromissadas - aplicações	1.866.148	1.422.086
Total	4.947.069	4.484.661

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

9. Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes – títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Os títulos e valores mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Títulos públicos - LFT	11.938.105	3.689.359
Títulos públicos - LTN	2.983.079	9.244.718
Outros títulos de dívida - CPR	184.429	252.048
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	10.605
Quotas de fundos de investimentos	193.714	178.326
Total	<u>15.299.327</u>	<u>13.375.056</u>

b) Instrumentos financeiros derivativos:

As tabelas a seguir apresentam os valores contratuais e os valores justos positivos e negativos dos contratos de derivativos do Banco.

<i>Em 31 de dezembro de 2020</i>	<u>Valor do contrato</u>	<u>Valor justo</u>	
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge	2.600.397	46.196	48.267
Total dos ativos / passivos financeiros derivativos reconhecidos	2.600.397	46.196	48.267

<i>Em 31 de dezembro de 2020</i>	<u>Valor do contrato</u>	<u>Valor justo</u>	
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
- Derivativos de moedas	2.600.397	46.196	48.267
- Não cotados	974.465	46.196	48.267
- Swaps	974.465	46.196	48.267
- Cotados	1.625.932	-	-
- Futuros	1.625.932	-	-
Total Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge	2.600.397	46.196	48.267

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

<i>Em 31 de dezembro de 2019</i>	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge	11.147.616	-	61
Total dos ativos / passivos financeiros derivativos reconhecidos	11.147.616	-	61

<i>Em 31 de dezembro de 2019</i>	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
- Derivativos de moedas	11.147.616	-	61
- Não cotados	2.826	-	61
- Swaps	2.826	-	61
- Cotados	11.144.790	-	-
- Futuros	11.141.290	-	-
- Opção	3.500	-	-
Total Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge	11.147.616	-	61

10. Empréstimos e recebíveis de clientes

a) Composição

A composição da rubrica empréstimos e recebíveis de clientes está demonstrada na tabela a seguir:

	2020	2019
Empréstimos para clientes privados		
Clientes carteira comercial	3.042.482	1.959.824
Clientes carteira rural	10.850.793	9.383.785
Clientes carteira cambio	171.021	215.172
Clientes carteira rural - repasses interfinanceiros	24.745.879	16.710.124
Clientes cartões	4.650.541	3.407.653
Demais clientes	693.654	453.154
Menos: Provisões de crédito	(22.518)	(6.582)
Total	44.131.852	32.123.130
	2020	2019
Detalhamento das provisões de crédito:		
<i>Em 1º janeiro</i>	6.582	1.776
- Redução ao valor recuperável adicional para perdas de crédito	14.457	4.942
- Outros	1.479	(136)
Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	22.518	6.582
Provisão geral	22.518	6.582
Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	22.518	6.582

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

b) Reconciliação do valor contábil bruto das operações de crédito e perdas esperadas:

2020	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos para clientes privados				
Clientes carteira comercial	3.040.280	416	1.786	3.042.482
Clientes carteira rural	10.850.793	-	-	10.850.793
Clientes carteira cambio	171.021	-	-	171.021
Clientes carteira rural - repasses interfinanceiros	24.745.683	-	196	24.745.879
Clientes cartões	4.650.541	-	-	4.650.541
Demais clientes	693.654	-	-	693.654
Total	44.151.972	416	1.982	44.154.370
Provisões de crédito	(20.513)	(23)	(1.982)	(22.518)
Total	44.131.459	393	-	44.131.852

2019	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos para clientes privados				
Clientes carteira comercial	1.958.936	276	612	1.959.824
Clientes carteira rural	9.383.785	-	-	9.383.785
Clientes carteira cambio	215.172	-	-	215.172
Clientes carteira rural - repasses interfinanceiros	16.710.124	-	-	16.710.124
Clientes cartões	3.407.653	-	-	3.407.653
Demais clientes	453.154	-	-	453.154
Total	32.128.824	276	612	32.129.712
Provisões de crédito	(5.794)	(176)	(612)	(6.582)
Total	32.123.030	100	-	32.123.130

11. Ativos intangíveis

	Outros ativos intangíveis
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020</i>	
Valor contábil líquido inicial	1.053
- Amortização	(464)
Valor contábil líquido final	589
Custo	3.642
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(3.053)
Valor contábil líquido	589
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2019</i>	
Valor contábil líquido inicial	1.508
- Baixas	14
- Amortização	(469)
Valor contábil líquido final	1.053
Custo	3.652
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(2.599)
Valor contábil líquido	1.053

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Total
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020</i>			
Valor contábil líquido inicial	37.705	20.841	58.546
- Adições	-	6.151	6.151
- Alienações	(817)	(316)	(1.133)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(623)	(3.500)	(4.123)
- Transferência	4.455	(4.455)	-
Valor contábil líquido final	40.720	18.721	59.441
Custo	50.757	40.972	91.729
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(10.037)	(22.251)	(32.288)
Variação do valor contábil líquido	40.720	18.721	59.441
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2019</i>			
Valor contábil líquido inicial	42.674	14.502	57.176
- Adições	819	4.333	5.152
- Alienações	-	(192)	(192)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(730)	(2.860)	(3.590)
- Transferência	(5.058)	5.058	-
Valor contábil líquido final	37.705	20.841	58.546
Custo	47.012	40.517	87.529
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(9.307)	(19.676)	(28.983)
Variação do valor contábil líquido	37.705	20.841	58.546

13. Propriedades para investimento

	2020	2019
Valor contábil líquido inicial	3.389	3.474
- Depreciação	(85)	(85)
Valor contábil líquido final	3.304	3.389
- Custo	4.458	4.458
- Depreciação	(1.154)	(1.069)
Variação do valor contábil líquido	3.304	3.389
Detalhamento da receita de locação de Propriedades para investimento:		
Receita de locação líquida de propriedades para investimento	346	615
Depreciação acumulada de propriedade para investimento	(2)	(2)

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

14. Outros ativos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Recebíveis e pagamentos antecipados	57.815	66.198
Pagamentos Instantâneos - Pix	60.760	-
Devedores por convênios	711	2
Devedores por depósitos em garantia	24.316	22.032
Adiantamentos e antecipações salariais	3.063	2.640
Pendências a regularizar	1.243	3.152
Pendências a regularizar - Cartões Sicredi	163.347	91.064
Despesas Antecipadas	12.204	674
Portabilidade de crédito ativa	6.406	2.194
Outros ativos	11.526	17.129
Total de outros ativos	<u>341.391</u>	<u>205.085</u>

Pagamentos Instantâneos – Pix referem-se aos valores recolhidos ao Banco Central para operações de pagamentos instantâneos.

15. Passivos Financeiros ao custo amortizado

a) Depósitos de instituições financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outros empréstimos	14.966.741	11.539.770
Outros depósitos	5.798.428	6.038.059
Total de depósitos de instituições financeiras	<u>20.765.169</u>	<u>17.577.829</u>

b) Depósitos de clientes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósito à vista	96.867	104.435
Depósito à prazo	22.323.366	15.411.921
Total de depósitos de clientes	<u>22.420.233</u>	<u>15.516.356</u>

c) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Captações no mercado - Carteira própria	11.807.188	10.520.549
Captações no mercado - Carteira de terceiros	1.665.414	5.548.796
Obrigações por emissão de letras financeiras	4.157.403	2.033.967
Total de obrigações de títulos e valores mobiliários	<u>17.630.005</u>	<u>18.103.312</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

16. Provisões

A Instituição possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	2020	2019
Trabalhista	Provável	21.908	19.871
Cível	Provável	6.221	4.174
Total		<u>28.129</u>	<u>24.045</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível na Controladora no montante de R\$ 39.184 (2019 – R\$ 38.970) e no Consolidado no montante de R\$ 40.513 (2019 – R\$ 40.731).

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2020	2019
Saldo inicial	24.045	26.159
- Constituição (reversão) de provisão	4.084	(1.162)
- Baixa por pagamento	-	(952)
Saldo Final	<u>28.129</u>	<u>24.045</u>

Vencimento estimado das provisões do Banco (excluindo provisões para benefícios a funcionários e para devedores duvidosos):

	1- 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020	12.658	12.658
Em 31 de dezembro de 2019	10.519	10.519

17. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados para todas as diferenças temporárias utilizando o método do 'passivo' com base em uma alíquota de impostos vigente de 45% (2019: 40%) no Brasil. As mudanças no imposto de renda diferido podem ser detalhadas conforme segue:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Ativo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	32.883	28.643
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	7.275	10.786
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:		
- remensuração do valor justo	1.667	(6.546)
Saldo Final	41.825	32.883
Passivo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	4.181	3.920
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	40	(48)
- Outros resultados abrangentes:		
- remensuração do valor justo	(2.944)	1.640
- Diferenças cambiais	803	(1.331)
Saldo Final	2.080	4.181
Total do diferido - conciliação	39.745	28.702
Ativo fiscal diferido - por tipo		
Reduções ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	9.790	3.466
Outras provisões	14.819	10.645
Provisão para PPR e Bônus	10.660	13.883
Marcação a Mercado TVM	6.556	4.889
Total do ativo fiscal diferido	41.825	32.883
Passivo fiscal diferido - por tipo		
Imobilizado	1.503	1.463
Diferenças Cambiais	577	-
Marcação a Mercado TVM	-	2.944
Total do passivo fiscal diferido	2.080	4.181
Total do diferido - por tipo	39.745	28.702

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso existir um direito legal de compensar ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente e os itens do imposto diferido relacionar-se à mesma autoridade tributária.

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Ano	Valor dos créditos	
	2020	2019
2019	-	2
2020	-	24.476
2021	25.494	3.988
2022	5.603	3.136
2023	8.683	1.281
2024	2.044	-
Total	41.824	32.883

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Outros passivos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Operações com cartões de crédito	4.272.485	3.120.565
Valores a pagar	437.860	280.652
Dividendos a pagar	78.678	87.626
Operações de câmbio	44.236	100.926
Outros	65.162	44.794
Total de outros passivos	<u>4.898.421</u>	<u>3.634.563</u>

As operações com cartão de crédito referem-se aos saldos da agenda financeira de emissão a receber das Cooperativas, bem como eventuais chargebacks e valores a reprocessar das operações de aquisição e valores a receber dos emissores sobre a intermediação de operações realizados com cartões de crédito e de débito.

Valores a pagar referem-se a provisões de folha de pagamento, valores de spread de operações do BNDES a pagar, valores a repassar às Cooperativas, relativos ao convênio firmado com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pela prestação de serviços bancários de recolhimento de contribuições e pagamento de benefícios previdenciários, valores a pagar relacionados a convênios com processadora de cartões de crédito e outros serviços oferecidos pelo banco, valores recebidos do INSS para pagamento de benefícios previdenciários mensais, valores a pagar de transações de cartões de crédito e valores referentes à remuneração da distribuição dos produtos do Banco pelas cooperativas integrantes do Sicredi.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 1.458.974 (2019 – R\$ 1.253.974), representado por 1.000.995.233 ações ordinárias (2019 – 829.972.447), 249.548.540 ações preferenciais Classe A escriturais sem valor nominal (2019 – 249.548.540) e 32.782.343 ações preferenciais Classe B escriturais sem valor nominal (2019– 32.782.343).

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2019 foi autorizado o aumento do Capital Social em R\$ 170.000 mediante emissão de 142.396.992 ações ordinárias. Sendo integralizado o valor de R\$ 85.000 em dezembro de 2019 e o restante integralizado em 26 de fevereiro de 2020 data da homologação junto ao Banco Central.

Na reunião do conselho de administração realizada em 24 de setembro de 2020 foi autorizado o aumento do Capital Social em R\$ 120.000 mediante emissão de 99.824.290 ações ordinárias. Sendo integralizado o valor em 12 de novembro de 2020 data da homologação junto ao Bacen.

As ações preferenciais Classe A têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco; (c) os mesmos direitos de voto concedidos às ações ordinárias do Banco atualmente existentes; e (d) prioridade no reembolso do capital social. Os dividendos atribuídos às ações ordinárias serão constituídos pelos lucros remanescentes após o pagamento das ações preferenciais Classe A.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

As ações preferenciais Classe B têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco, com exceção das Ações Preferenciais Classe A que se colocarão pari passu com as Ações Preferenciais Classe B e, portanto, terão a mesma prioridade que as Ações Preferenciais Classe B; e (c) prioridade no reembolso do capital social, pari passu com as ações preferenciais Classe A.

Instrumentos híbridos de capital e dívida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Instrumentos híbridos de capital e dívida - principal	134.539	134.539
Instrumentos híbridos de capital e dívida - encargos	89.930	90.241
Total	<u>224.469</u>	<u>224.780</u>

Em 02 de maio de 2005, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.837/01, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 52.400, através da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário – RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos.

Para fins de IFRS esses valores foram reclassificados para patrimônio líquido diante da característica dos instrumentos. (vide nota 4.1.7).

b) Reserva de lucros

Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

c) Dividendos

Conforme estatuto social da Instituição, o lucro líquido verificado, após as destinações legais e estatutárias, será totalmente distribuído aos acionistas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Na reunião da Diretoria realizada no dia 21 de dezembro de 2020, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2020 no valor de R\$ 84.357, sendo R\$ 21.089 via dividendos mínimos e R\$ 59.050 via dividendo adicional. Deste montante, R\$ 10.000 serão pagos via juros sobre capital próprio imputado ao dividendo mínimo obrigatório e R\$ 70.139 via dividendos.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações durante o período.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Quantidade		
Ações preferenciais classe A	249.548.540	249.549.540
Ações preferenciais classe B	32.782.343	32.782.343
Ações ordinárias	1.000.995.233	829.972.447
Lucro por ação		
Lucro básico/diluído por ação (em Reais - R\$)		
Ações preferenciais classe A	0,22	0,24
Ações preferenciais classe B	0,12	0,13
Ações ordinárias	0,03	0,03

20. Receitas e despesas de juros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de juros		
Ativos financeiros ao custo amortizado	2.766.693	2.752.418
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(6.940)	5.863
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	519.086	404.352
Total da receita de juros	3.278.839	3.162.633
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesa de juros		
Passivos financeiros ao custo amortizado	(2.085.192)	(2.267.728)
Total da despesa de juros	(2.085.192)	(2.267.728)
Receita líquida com juros	1.193.647	894.905

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

21. Tarifas, taxas e comissões

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de tarifas, taxas e comissões		
Administração de ativos	28.982	22.973
Taxa de administração de cartões	19.438	60.224
Taxa de administração de operações de consórcio	260.929	232.697
Comissão de seguro	481.950	406.673
Taxas de custódia e serviços de títulos	1.912	2.249
Taxas de administração	52.751	43.641
Total da receita de tarifas, taxas e comissões	<u>845.962</u>	<u>768.457</u>
Despesa de tarifas, taxas e comissões		
Comissão de seguro	<u>(191.942)</u>	<u>(362.622)</u>
Total da despesa de tarifas, taxas e comissões	<u>(191.942)</u>	<u>(362.622)</u>
Tarifas, taxas e comissões líquidas	<u>654.020</u>	<u>405.835</u>

22. Ganho/(perda) líquida de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Instrumentos de dívida e instrumentos financeiros derivativos	(152.439)	(56.159)
Moedas estrangeiras e outras receitas de negociação	3.523	7.498
Lucro líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	<u>(148.916)</u>	<u>(48.661)</u>

O lucro líquido da negociação de moedas também inclui ganhos e perdas nos contratos à vista e a termo, opções, futuros e ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

23. Outras receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas com carteira de câmbio	24.913	15.309
Convênio INSS	4.201	4.433
Reversão provisões operacionais	15.265	3.238
Recuperação de encargos e despesas	205.131	217.846
Receita variação monetária	175.155	44.848
Receita aplicações compulsórias	70.322	117.723
Receitas com incentivos promocionais	13.747	4.623
Receita aluguel máquina de cartões	13.624	-
Reversão provisões passivos contingentes	1.361	2.741
Outras receitas operacionais	2.839	2.614
Total de outras receitas operacionais	<u>526.558</u>	<u>413.375</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

24. Despesas de pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ordenados e salários	(77.896)	(71.752)
Contribuições previdenciárias e custos de seguro	(17.181)	(18.326)
Outros despesas de pessoal	(16.341)	(17.817)
Total de despesas de pessoal	<u>(111.418)</u>	<u>(107.895)</u>

25. Outras despesas administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas de viagem	(884)	(3.142)
Materiais de escritório	(171)	(336)
Despesas de TI	(14.771)	(9.652)
Despesas de publicidade	(31.094)	(28.771)
Manutenção de edifícios	(79)	(811)
Honorários profissionais	(225.583)	(2.771)
Despesas tributárias	(123.654)	(84.967)
Despesas serviços prestados SFN	(1.044.090)	(899.774)
Despesas serviços técnicos especializados	(161.767)	(167.730)
Outras despesas	(20.151)	(18.655)
Total de outras despesas administrativas	<u>(1.622.244)</u>	<u>(1.216.609)</u>

As despesas dos Serviços do Sistema Financeiro são compostas substancialmente por despesas de prestação de serviços pelas Cooperativas integrantes do Sicredi de alocação de recursos provenientes das linhas de crédito do BNDES e equalização de custos dos programas PRONAF.

26. Outras despesas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesa com carteira de câmbio	(90.498)	(26.470)
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(4.673)	(4.189)
Convênio - Secretária Receita Federal - SEFAZ	(5.936)	(6.208)
Despesa variação monetária	(17.294)	(1.263)
Ressarcimento RCO	(92.018)	(99.854)
Provisão para passivos contingentes	(5.463)	(627)
Repasse rede	-	(17)
Cartão de crédito internacional	(8.454)	(13.649)
Despesa adquirência	(15.138)	(870)
LTN - Letras Tesouro Nacional	(73.143)	(11.435)
Outras despesas operacionais	(17.194)	(22.972)
Total de outras despesas operacionais	<u>(329.811)</u>	<u>(187.554)</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

27. Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro operacional do Banco difere do valor nominal baseado nas alíquotas de imposto padrão brasileiras. A reconciliação entre os dois valores é mostrada abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro operacional antes da tributação, juros ao capital e antes da participação dos acionistas minoritários	<u>142.707</u>	144.310
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais de 45% (2019 - 40%)	(64.218)	(57.724)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Incentivos fiscais	2.736	1.903
Constituição PPR pessoal	(1.518)	(1.502)
Honorários diretores	(211)	-
Reversão IR e CSLL exercício anterior	13	43
Brindes, doações e patrocínios	(895)	(588)
Juros sobre o capital próprio	4.500	-
Reversão Convenção Coletiva	-	4.000
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	1.529	683
Efeito da majoração de alíquota de CSLL	2.492	824
Outras movimentações permanentes	(667)	-
Adicional IR	67	(105)
Outros, líquidos	446	34
Subtotal	<u>8.492</u>	<u>5.292</u>
Temporárias		
Provisão/ Reversão de PPR Pessoal	58	2.612
(Provisão) de PPR diretores	(48)	(2.639)
Provisão/Reversão para operações de crédito	(6.506)	(1.976)
Reversão/Provisão para passivos contingentes	(1.614)	581
Outras provisões	(2)	608
Reversão de títulos baixados para prejuízo	258	840
Ajuste de títulos marcados a mercado	(5.450)	(1.899)
Depreciação	(77)	(56)
Diferenças cambiais	732	(1.189)
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	(500)	(685)
Outros, líquidos	(1.348)	(182)
Subtotal	<u>(14.497)</u>	<u>(3.985)</u>
IRPJ e CSLL correntes	(70.223)	(56.417)
Constituição de créditos tributários	10.613	4.093
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(59.610)</u>	<u>(52.324)</u>
Alíquota efetiva	<u>-42%</u>	<u>-36%</u>

O efeito da majoração da alíquota é referente ao diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, nas quais a alíquota de Contribuição Social é de 9%.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para a empresa Banco, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 20% para 15% a partir de janeiro de 2019 e retornando para 20% a partir de março de 2020. O efeito do diferencial é aplicado sobre o saldo do ativo e passivo para o diferido em proporção das alíquotas para contribuição social corrente.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

O saldo contido na linha de outros refere-se a prejuízo fiscal da controlada Administradora de Bens e a renegociação de títulos baixados para prejuízos que foram tributadas na liquidação

28. Transações com partes relacionadas

Duas partes são consideradas relacionadas caso uma parte exerça controle ou tenha influência significativa sobre a outra parte (no que tange a decisões financeiras ou operacionais). No curso normal dos negócios, o Banco e empresas Controladas realizam uma ampla gama de transações com entidades relacionadas envolvendo diferentes tipos de empréstimos, depósitos e transações em moedas estrangeiras. As transações entre partes relacionadas também incluem transações com controladas, acionistas e alta administração, bem como transações entre controladas.

28.1 Instituições relacionadas/Sistema de Crédito Cooperativo – (Sicredi)

Conforme detalhado no contexto operacional (nota 1), o Banco foi criado para atendimento as necessidades das Cooperativas de Crédito no acesso ao mercado financeiro em sua totalidade.

Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pelo Banco com as entidades do Sicredi:

	Consolidado	
	2020	2019
Ativo	30.632.424	19.979.456
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.797.472	163.635
Repasses interfinanceiros	24.745.879	16.707.830
Operações de crédito	458.279	526.082
Rendas a receber	14.249	11.184
Títulos e créditos a receber	100.825	103.497
Outros créditos - diversos	3.528.317	2.467.228
Provisão Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(12.597)	-
Passivo	14.586.509	17.548.398
Depósitos à vista	82.865	80.630
Depósitos interfinanceiros	1.758.309	2.105.118
Captações no mercado aberto - carteira própria	10.686.961	8.813.111
Captações no mercado aberto - carteira de terceiros	1.665.414	6.200.329
Sociais e estatutárias	78.678	65.567
Outras obrigações - diversas	89.813	58.863
Instrumentos híbridos de capital e dívida	224.469	224.780
Receitas	1.289.157	994.457
Operações de crédito	1.128.912	866.008
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	24.990	4.375
Receitas de prestação de serviços	21.379	24.734
Outras receitas operacionais	113.876	99.340
Despesas	1.574.613	1.670.672
Operações de captação no mercado	726.771	964.552
Outras despesas administrativas	835.456	702.562
Outras despesas operacionais	2.019	2.026
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.367	1.532

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

28.2 Instituições relacionadas/controladas

Os volumes de transações com partes relacionadas, saldos a pagar no encerramento do exercício e receitas e despesas correspondentes durante o exercício são fornecidos abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos de instituições financeiras / depósitos de clientes		
Pendentes no início do exercício	22.142	28.696
- Recebidos durante o exercício	-	(8.582)
- Liquidadas durante o exercício	<u>(12.506)</u>	<u>2.028</u>
Total no encerramento do exercício	<u><u>9.636</u></u>	<u><u>22.142</u></u>
Despesas		
Despesas de juros	<u>5</u>	416
Total das despesas de transações com partes relacionadas	<u><u>5</u></u>	<u><u>416</u></u>

28.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor executivo e dos diretores, e
- O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores, terão também direito as prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos, e em condições equivalentes aos demais colaboradores.

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	4.230	3.892
Bônus relacionado ao desempenho	4.999	4.529
Encargos previdenciários	2.256	2.158
Total	<u><u>11.485</u></u>	<u><u>10.579</u></u>

28.4 Benefícios pós-emprego

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Plano de Previdência Complementar de contribuição definida	<u>250</u>	<u>234</u>
Total	<u><u>250</u></u>	<u><u>234</u></u>

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

29 Outras Informações

29.1 Plano de pensão – contribuição definida

O Banco e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade “contribuição definida”. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

29.2 Coobrigações prestadas

a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos abertos a Exportação		
Câmbio a contratar	1.350	-
Coobrigação por Garantias Prestadas		
Beneficiários de Garantias Prestadas	119.885	86.146
Depositários de Valores em Custódia/Garantia	6.004.567	5.840.543
Títulos em Cobrança	26.662.125	22.529.079

Os beneficiários de garantias prestadas corresponde basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos à terceiros em moeda nacional.

Os depositários de valores em custódia/garantia referem -se aos valores de títulos de terceiros custodiados na B3 e no SELIC.

Os títulos em cobrança representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país.

b) Outras garantias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Margem Garantia BM&F Bovespa	196.462	131.350

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

29.3 Fundos de Investimento

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2020 atingiram R\$ 56.624.502 (Em dezembro de 2019 - R\$ 36.628.352).

A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 21.152 (Em dezembro de 2019 – R\$ 16.521) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços".

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

29.4 Cobertura de Seguros

O Banco e as suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela administração do Banco, que considera suficiente para cobrir eventuais riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Eventos subsequentes

Em 01 de março de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória 1.034/2021 que majora a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para Bancos de 20% para 25% durante o período de 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021. A medida provisória encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

31. Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano, seguimos enfrentando a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no país. O Banco Cooperativo Sicredi esteve ao lado das Cooperativas do Sistema Sicredi, se comprometendo na operacionalização de programas para suportar o atendimento das necessidades dos associados e comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a missão do Sicredi: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Por meio do Banco Cooperativo, alinhamos a estratégia dos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) que suportaram a atuação das cooperativas e viabilizaram muitas das demandas dos associados. São canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências, ponto a se destacar em um ano marcado pelo distanciamento humano. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas, trazendo ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Com relação a linhas de crédito, por meio do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE) totalizamos 6.798 operações, R\$ 171 milhões em salários financiados, beneficiando 117.053 mil funcionários. Com o PESE, buscamos atender empresários e sociedades empresariais e cooperativas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 50 milhões, financiando a folha de pagamento dos seus funcionários.

Já via Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (PRONAMPE), linha que apresentou uma grande demanda em função das condições muito favoráveis aos micros e pequenos empreendedores para capital de giro, realizamos 40.605 operações, liberando um volume de R\$ 2.003 bilhões.

No Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC FGI), foram 11.244 operações que corresponderam a R\$ 2.733 bilhões. O programa facilitou o acesso ao crédito para pequenas e médias empresas com a possibilidade de inclusão de garantia do FGI para até 80% do valor financiado.

Ainda, possibilitamos a prorrogação das parcelas (Stand Still) de abril a setembro de 2020 sem alterar o vencimento original da operação, sendo o valor dessas parcelas redistribuído nas demais. Esta prorrogação foi possível para algumas linhas, como BNDES Automático Agropecuário (linha não equalizada); BNDES Automático MPME; BNDES Caminhoneiro; BNDES Giro; BNDES Pequenas Empresas; Finame BK Aquisição MPME; Finame BK Aquisição Caminhões e Ônibus; Procaminhoneiro (Somente com TJLP); Prorenova; Progeren; Cartão BNDES; Procapcred. Totalizamos 3,1 mil operações e R\$ 69 milhões de valor prorrogado. Também viabilizamos as prorrogações de operações das linhas com recursos do BNDES, determinadas na resolução número 4.816, publicada no dia 13 de maio de 2020.

Nossos colaboradores, seguem atuando no modelo de trabalho remoto, primando pela segurança e integridade da saúde de todos. Dentre as ações que apoiaram o desenvolvimento do trabalho em casa, foram disponibilizadas cadeiras e demais materiais de escritório para uso em casa; disponibilizamos auxílio internet para colaboradores que precisaram fazer a contratação desse serviço; e incluímos um adicional de auxílio alimentação para aqueles que têm menor renda. Além disso, aperfeiçoamos a comunicação entre a liderança do Banco e todos os colaboradores através de lives periódicas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A Administração fez uma avaliação até o momento dos potenciais riscos e impactos e estes estão refletidos nesta demonstração financeira, contudo não há como mensurar os impactos futuros da pandemia com exatidão, por isso a Administração monitora constantemente os potenciais efeitos em suas operações.

Entendemos o cooperativismo de crédito como um modelo de negócios capaz de contribuir com o desenvolvimento econômico do país e queremos seguir fazendo a diferença neste momento de desafio para construir uma sociedade mais próspera.